

TIMOR: CINCO SÉCULOS DE PRESENÇA CRISTÃ

Luís Filipe Reis Thomaz

I. O PERÍODO PRÉ-CRISTÃO

É costume opor, pelo menos nos manuais escolares, a História, atestada por documentos escritos, à Pré-História, em que apenas por ciências consideradas auxiliares, como a arqueologia, a etnologia e a linguística comparada, se deixa entrever o passado dos povos. A distinção é sobretudo metodológica e, por conseguinte, subjetiva, pois ainda que envolto na espessa bruma da nossa ignorância, os povos tiveram, antes da invenção ou da introdução da escrita, um passado quiçá tão rico e variado como o que tiveram ao depois. No entanto, a aparição da escrita, objetivamente considerada, marca também, as mais das vezes, uma transformação qualitativa, pois coincide quase sempre com a de outros dois elementos caraterísticos das civilizações reputadas superiores: o estado e o fenómeno urbano. Escusado será dizer que classificar de *superior* uma civilização não implica, de modo algum, qualquer espécie de inferioridade física ou moral dos homens que a não possuam, denotando tão somente uma organização social mais complexa, em geral associada à posse de uma tecnologia mais desenvolvida. Seja como for, a distinção é cómoda e, desde que se lhe reconheçam os limites e se não faça dela um absoluto, pode, sem inconveniente de maior, continuar a ser utilizada. Quanto mais não seja, a introdução da escrita permite uma comunicação mais rápida e mais fácil não só no espaço como também no tempo, assegurando por isso uma melhor preservação da memória coletiva; por isso se pode dizer que na vida dos povos corresponde sem qualquer dúvida a um salto qualitativo.

Pode assim afirmar-se que, tal como sucede noutras zonas, como a Rússia e o interior da Península Balcânica, a história de Timor coincide *grosso modo* com a da presença cristã na ilha, pois foi ao mesmo tempo que o cristianismo que a escrita se radicou nela. Timor fora, como veremos a seguir, frequentada desde a Baixa Idade Média por povos letrados, como os chineses e os malaios, e é provável que alguns timorenses numa ou noutra língua tenham aprendido a ler; mas a civilização timorense não assimilou a escrita como forma de transmissão cultural, continuando vinculada à sua tradicional matriz oral, e as referências a Timor na literatura dos povos letrados que passaram pelas suas costas contam-se pelos dedos de uma mão.

A história de Timor antes da chegada dos Portugueses é assim uma manhã de nevoeiro em que muito pouco se deixa adivinhar. Nela há contudo a assinalar dois factos capitais: o primeiro é o povoamento da ilha pelo *Homo sapiens*, a espécie a que todos pertencemos; o segundo, a chegada dos austronésios a quem se devem os traços fundamentais da civilização timorense. A cristianização, que mais abaixo comentaremos com detenção, aparece assim como o terceiro momento estruturante no passado da nossa ilha.

A pré-história de Timor e os dois primeiros grandes marcos do passado timorense

Nunca se encontraram em Timor vestígios arqueológicos de antepassados da espécie humana semelhantes aos que se acharam em Java e até, ao que parece, embora não seja bem claro, na vizinha ilha das Flores. Seja como for, a arqueologia e a antropologia física revelam-nos que a zona em que se insere Timor começou a ser povoada pelo *Homo sapiens* uns milhares de anos antes de este ter penetrado na Europa, onde imperava ainda então o Homem de Neanderthal. Parece que os antepassados da nossa espécie, que se originou em África, após terem passado à Península Arábica, progrediram ao longo das costas asiáticas até atingir a Insulíndia, sem se internarem desde logo no coração das terras, provavelmente porque se alimentavam sobretudo de mariscos que, logicamente, apenas se encontravam nas cercanias das praias. Devem ter atingido Timor, de onde passaram à Austrália, cerca de 50.000 anos A. C., quiçá uns 20.000 antes de, pela Anatólia e pelo Cáucaso, terem penetrado na Europa.

Os primeiros habitantes de Timor devem ter chegado à ilha durante as glaciações do Quaternário. O nível do mar era então mais baixo – seria a fusão das enormes massas de gelo acumuladas em redor dos pólos que o faria subir – e toda a plataforma continental da Sonda, até ao estreito de Macaçar estava a descoberto. É por isso que nas ilhas mais ocidentais da Insulíndia, Samatra, Bornéu e Java, se encontram espécimes de grandes mamíferos da fauna asiática, como elefantes, rinocerontes, tigres e outras alimárias pouco embarcações, que jamais poderiam ter aí sido introduzidas pelo Homem. Este pôde também passar a pé enxuto até à ilha de Bali. Daí em diante as ilhas sucedem-se à vista umas das outras e o mar é quase sempre calmo, de modo que mesmo com meios muito rudimentares não é perigosa a travessia.

Esquemáticamente falando, devem ter-se sucedido na região quatro vagas de povoamento, trazendo cada uma novas tecnologias e novas contribuições culturais. Primeiro devem ter passado populações afins dos atuais aborígenes da Austrália, que vivem hoje em dia ainda no mesolítico; mas o único vestígio que deixaram foi um tipo físico, que sobrevive ainda mesclado aos demais na atual população timorense. Não admira que não tenham deixado vivos grandes vestígios culturais, pois a sua civilização era rudimentar e acabaram por ser absorvidos pelos povos possuidores de tecnologias mais avançadas que alguns milénios depois lhes sucederam.

Em seguida, talvez a partir de 3500 A. C., devem ter passado os Papuas, de tipo negroide, parentes dos que habitam hoje a Nova Guiné e as ilhas da Melanésia; deixaram provavelmente como vestígio arqueológico uma civilização neolítica, dita “do machado oval”, por causa do seu artefacto mais característico. Tal como as actuais populações da Nova Guiné, deviam conhecer a cultura dos tubérculos mas não a dos cereais, uma olaria rudimentar mas não ainda a tecelagem, e ter como animais domésticos o porco e a galinha. Em Timor esta migração deixou um tipo negroide, bem visível na população actual, e, caso raro nas ilhas da Sonda, cinco línguas – o fataluco, o macalere, o macassai, o mícic e o búnac – que ao contrário de quase todas as demais do Arquipélago não pertencem ao grupo austronésico ou malaio-polinésico e são por isso classificadas de papuas, embora o seu parentesco com as da Papuásia não tenha ainda sido averiguado. Apenas na ilha do Engano, a sudoeste de Samatra, na ilha de Alor,

separada da de Timor pelo estreito de Ombai, e nas Molucas do Norte se falam línguas estranhas à família austronésica. Esta maior presença do elemento papua é um dos fatores da especificidade de Timor em relação às vizinhas ilhas da Indonésia.

A migração principal, que modelou definitivamente a população de Timor e conferiu à sua cultura os traços essenciais foi, porém, como realçamos já, a dos Austronésios. O seu fenótipo ou tipo aparente é predominantemente europeide; se necessário é classificá-los numa das “raças” convencionais em que, um pouco simplistamente, é costume subdividir-se a espécie humana, seríamos levados a arriscar que constituiriam um ramo colateral da “raça branca”, tismado, como os indianos, pelo sol dos trópicos. Provavelmente em tempos de outrora esse tipo estender-se-ia, sem solução de continuidade, da Índia à Insulíndia oriental, hoje separadas pela intromissão de povos de compleição mongoloide, que em boa parte se instalaram na Península Indochinesa já na época histórica. Tal é, por exemplo, o caso dos birmanos, que se infiltraram na bacia do Irrauadi por volta do século XI, dos *thais* que baixaram à Península no século XIII e dos *vietes* ou vietnamitas, cuja expansão para Sul apenas se consumou no século XVII.

Seja como for, tende-se hoje em dia a abandonar o conceito de raça e a valorizar-se o genótipo em relação ao fenótipo, preferindo por conseguinte contabilizar-se os genes que têm em comum com as outras populações próximas ou afastadas, um estudo que no caso de Timor está quase inteiramente por fazer. Seja como for é de admitir que os primeiros austronésios – em tempos designados, um tanto arbitrariamente, por “proto-malaios” – tivessem um tipo semelhante ao dos seus descendentes que hoje povoam a Polinésia, onde foram os primeiros povoadores, não se tendo, por conseguinte, mestiçado com qualquer população pré-existente.

Supunha-se outrora que os Austronésios se haviam originado na região montanhosa do Yunão, no sudoeste da China, de onde teriam descido calcorreando a Península Indochinesa até atingirem a de Malaca, a partir da qual se teriam espalhado pelo Arquipélago. Parece hoje contudo provado que provieram da Formosa, onde a população aborígene fala ainda uma série de línguas e dialetos da mesma família, assaz distintos entre si, denotando que foi ao longo de muitos séculos que se foram diversificando. O contraste é vivo sobretudo com Madagáscar, povoada pelos austronésios apenas a partir da Alta Idade

Média, em que, sem embargo da sua enorme área, se fala, com pequenas variações dialetais, uma única língua, o malgaxe, que parece sobretudo aparentado às línguas do sueste de Bornéu. Deve ter sido pelas Filipinas que os austronésios passaram às outras ilhas, espalhando-se não só pela Insulíndia mas também pelas inúmeras ilhas do Pacífico, que gradualmente foram povoando. Quanto à península de Malaca, deve ter sido atingida por mar e não por terra, a partir da costa oriental de Samatra, pois é desta que é originário o malaio, hoje falado em ambas as costas da Península, ao passo que no seu interior subsistem ainda populações de civilização mais rudimentar, que falam línguas da família *mon-kbmer*, aparentadas ao *kbmer* ou cambojano, ao *mon*, que hoje apenas subsiste na área de Martabão, na Baixa Birmânia, e às línguas *mundá* ou *kbolarianas*, faladas por populações tribais das zonas orientais da Índia. De uma maneira geral os linguistas dão hoje o nome de austronésica à grande família de línguas que compreende as línguas nativas da Formosa, a quase totalidade das da Insulíndia e do Pacífico e o malgaxe, antes designadas por malaio-polinésicas, reservando esta última designação para o sub-grupo que compreende todas as faladas fora da Formosa, que apresentam numerosos traços em comum. Não cabe aqui entrar em pormenores sobre as subdivisões existentes no interior do sub-grupo malaio-polinésico; basta que se diga que os idiomas falados em Timor apresentam parentesco mais cerrado com os das vizinhas ilhas da Pequena Sonda, sobretudo os da parte oriental das Flores, os de Celebes e de Maluco, que apresentam características intermédias entre os da Polinésia e os da Insulíndia Ocidental, incluindo o malgaxe. As línguas deste grupo médio apresentam um carácter mais isolante e menos aglutinante que as do grupo ocidental, que conservam um rico sistema de prefixos e sufixos; mas a simplificação fonética e gramatical não é tão pronunciada como nas línguas polinésicas.

Os austronésios devem ter começado a espalhar-se pela Insulíndia uns 2500 anos A. C., e é a eles que, com toda a probabilidade, se deve a civilização chamada “do machado quadrangular”, neolítica como a “do machado oval”, mas mais adiantada. Comportava já certamente a cultura dos cereais, incluindo o arroz, a domesticação do búfalo, indispensável para a lavra dos arrozais, a olaria, a cestaria e a tecelagem, com decoração dos têxteis pela técnica dita do *ikat*, ainda hoje utilizada em todo o Arquipélago, nomeadamente no fabrico dos

tais ou panos de Timor. Um outro traço típico desta civilização é a construção de casas sobre estacas, como proteção contra a humidade do solo e defesa contra a bicharada. O mais importante, contudo, é o uso da almadia ou piroga com balanceiros, tipo de embarcação extremamente simples, de casco muitas vezes escavado num mero tronco de árvore, mas ao mesmo tempo capaz de arrostar com o alto mar.

Foi a posse desse instrumento que lhes permitiu difundirem-se tão precocemente por uma área oceânica espantosa, que vai da Formosa, a norte, à Nova Zelândia, a sul, e de Madagáscar, a ocidente, às ilhas de Hawai e de Páscoa a oriente, mais vizinhas já da América que do continente asiático. Foi graças a esse invento, de uso quotidiano em Timor como nas demais ilhas, que os incontáveis arquipélagos do Pacífico se foram gradualmente povoando por populações neolíticas, enquanto o Atlântico permanecia um mar deserto, à espera que os Portugueses o devassassem e colonizassem as ilhas dos Açores, Madeira, Cabo Verde e São Tomé para cobrar animação e vida. Ainda hoje a área de difusão da almadia com balanceiro coincide quase exatamente com o domínio geográfico da família linguística austronésica ou malaio-polinésica, a que pertence a quase totalidade das línguas da Insulíndia, incluindo o tétum e a maioria dos idiomas de Timor. O parentesco de língua e civilização entre os povos austronésicos não passou despercebido aos mais perspicazes dos nossos escritores dos séculos XVI e XVII, que nomeadamente notaram as afinidades entre Madagáscar e Timor.

O uso dos metais deve ter-se difundido no Arquipélago a partir de meados do I milénio A. C.; parece relacionado com a influência de duas civilizações que se desenvolveram no atual Vietnam: a de Dong Son ao norte, centrada no Tonquim, especializada na metalurgia do bronze, e a de Sa Huynh ao sul, no delta do Mecom, especializada na do ferro. É interessante notar que enquanto no Ocidente, na Índia e na China, a divulgação do bronze precedeu de mais de um milénio a do ferro, pelo que é legítimo falar de uma “Idade do Bronze”, com características bem definidas, a que sucedeu mais tarde uma “Idade do Ferro”, no Sueste Asiático o aparecimento de ambos os metais é praticamente simultâneo, pelo que não faz sentido a divisão clássica em duas “idades” sucessivas. A civilização de Dong Son celebrou-se pelo fabrico de grandes tambores de bronze, que se espalharam pelo Arquipélago, quiçá através de um comércio ritualizado, semelhante ao sistema do tributo que na época histórica ligou política e económica-

mente grande parte da região ao Império Chinês. Acharam-se tambores do tipo dos de Dong Son – importados do Tonquim, ou copiados daqueles – em ilhas vizinhas de Timor, como Bali e, sobretudo, Alor, onde continuam a circular como parte dos *barlaques* ou trocas de presentes que precedem e acompanham os casamentos; em Timor, contudo, não se achou até agora nenhum. Sem embargo, na arte timorense, particularmente na ourivesaria, continuam a empregar-se motivos espiralados típicos da civilização de Dong Son.

Em meados do século XX o etnólogo austríaco Heine-Geldern, tentou relacionar a difusão dos metais na Insulíndia com uma nova migração, a das populações ditas outrora “deuteromalaias”, de características afins do tipo dito “mongol”, de crânio braquicéfalo, pilosidade fraca e feições arredondadas, que como é bem sabido predomina no interior do continente asiático e em todo o Extremo Oriente; caracteriza-se ainda pela posse de uma pele espessa, que por um lado protege da radiação solar sem necessidades de desenvolver uma pigmentação forte e, por outro, oculta a circulação sanguínea pelos vasos capilares, que nos tipos mais despigmentados, como os do Norte da Europa, confere aos rostos uma tonalidade rosada. Daí uma tez amarelenta, que veio a merecer a tal tipo a classificação de “raça amarela”. Esse tipo racial parece ter-se originado na Ásia interior durante as glaciações, representando o arredondamento das feições uma defesa contra o frio, que facilmente provoca o congelamento dos membros demasiado salientes, e a pele espessa uma proteção contra o Sol refletido nas neves. Este tipo predomina hoje em toda a Península Indochinesa; no Arquipélago é hoje sobretudo encontrado em Java, sendo também frequente nas costas de Samatra e Bornéu. Em Timor e ilhas circunvizinhas ocorre também, mas num certo número de indivíduos misturados com o resto da população. Não repugnaríamos aceitar que, tal como aconteceu com os indo-europeus ou arianos, a quem a posse de armas de ferro, associada à do cavalo, permitiu a rápida conquista de quase toda a Europa, planaltos do Irão e Índia setentrional no II milénio A. C., os homens de Dong Son e de Sa Huynh tivessem empreendido conquistas militares em direção a sul, introduzindo assim no Arquipélago quer o uso dos metais quer o tipo físico dito “deuteromalaias”, de afinidades mongoloides. Se assim tivesse sido, esperar-se-ia, contudo, topar, tal como sucede da Índia para oeste, com um novo estrato linguístico trazido pelos conquistadores, recobrando o

austronésico, o que em parte alguma da Insulíndia se pode observar. Seríamos por conseguinte levados a admitir que o uso dos metais se difundiu sobretudo com o comércio, e que o tipo físico dito “deutero-malaio” se insinuou no Arquipélago por lenta infiltração.

AS BRUMAS DA PROTO-HISTÓRIA

Pronunciado *timor* ou *timur* consoante os dialetos, o nome da ilha significa “oriente” em malaio, javanês e outros idiomas da Insulíndia Ocidental. De princípio devia designar genericamente todo o grupo de ilhas vizinhas, sitas de facto a leste da Península Malaia e de Java, uso de que atestam ainda os geógrafos portugueses de Quinhentos, como Tomé Pires¹; seja como for, com o tempo veio a aplicar-se especialmente à nossa ilha, talvez por ser a maior da região. Timor é, de facto, a maior das Ilhas Menores da Sonda e a sétima em área de todo o Arquipélago, depois de Bornéu, Samatra, Celebes, Java, Lução e Mindanao. Se a quisermos comparar a algo de mais chegado, e assim mais conhecido, diremos que a sua superfície quase iguala as da Córsega e Sardenha reunidas, ou que é maior que a Bélgica mas um nico menor que a Holanda, e corresponde a pouco mais de um terço da área de Portugal.

É curioso que em tagalo – a língua principal de Lução, oficial nas Filipinas – o nome que etimologicamente parece corresponder ao da nossa ilha, *timog*, não significa “leste” mas “sul”. E como em malaio o termo correlativo, “oeste”, é *barat*, que parece vir de *Bhârata*, um dos nomes sânscritos da Índia, dá vontade de imaginar que Timor tenha desde sempre sido o nome da nossa ilha, ou das ilhas em seu torno, e que os malaios tenham chamado *timur* ao “oriente”, porque era a direcção em que lhes quedava Timor, como a Índia lhes ficava a ocidente; e que, pela mesma razão, os filipinos tenham dado esse nome ao “sul”... Não nos parece, contudo, que nos tempos de outrora Timor tivesse celebridade bastante no mundo malaio para comunicar o seu nome a um ponto cardeal. Se assim fosse seria, por certo, mencionado desde cedo na literatura javanesa e malaia e, logicamente, também nos textos geográficos dos árabes, que desde a época Abácida comerciavam em Samatra e Java.

¹ *fl* 155 v.

Ora, fora da literatura chinesa, que, como veremos num instante, lhe alude desde o século XIII, as menções escritas de Timor antes de os portugueses lá chegarem contam-se pelos dedos da mão. A mais antiga é a do *Nâgarakertâgama*, uma crónica em verso do reino javanês de Mâjâpahit composta em 1365 pelo poeta Prapañcha, que cita Timor entre os territórios que pagavam tributo a Java². Nem o *Pararaton*, crónica rimada do reino javanês de Singhasari, antecedente do de Mâjâpahit, nem o *Sejarab Melayu* ou “Anais Malaaios”, crónica do sultado de Malaca que no século XV exerceu a hegemonia nos mares do Arquipélago, lhe fazem qualquer menção. Apenas lhe aludem nessa época os roteiros dos pilotos árabes Ahmad Ibn-Mâjid³, de cerca de 1488, e Sulaymân al-Mahrî⁴, datado de 1511. Que nos revelam sobre Timor estes textos? que a ilha existia e produzia sândalo, se encontrava já onde se encontra hoje e tinha o mesmo nome...

Esta constatação fornece-nos a prova de que, entre a migração austronésica e a chegada dos portugueses, tirante algumas inovações tecnológicas como a adoção da metalurgia, não se produziu em Timor nenhum facto histórico que mereça o relevo que atribuímos aos precedentes. Está de facto, ausente de Timor – como de uma maneira geral de toda a metade oriental da Insulíndia – o principal elemento estruturante das grandes civilizações da Península Indochinesa, como a do Camboja, e da Insulíndia Ocidental, como a de Java: a influência indiana.

Esta veio reforçar histórica e culturalmente um certo contraste geográfico que já existia entre as duas metades do Arquipélago: a metade ocidental, até aos estreitos de Macáçar e Lombok, é composta predominantemente por ilhas grandes, sitas não longe do caminho marítimo que liga a Índia à China, e dotadas de grandes rios que permitem facilmente penetrar e comerciar no interior. A metade oriental, formada de ilhas mais pequenas, em geral montanhosas e ruins de andar, sem rios navegáveis, arredadas, para mais, das grandes linhas de navegação e comércio do mundo antigo, pôde permanecer até aos tempos modernos numa fase mais arcaica de civilização. Poder-se-lhe-ia quiçá chamar *Mesonésia*, já que por um lado é formada por ilhas de dimensão intermédia entre as da Insulíndia Ocidental e as do Pacífico

² XIV, v, 4.

³ Tibbetts, pp. 195, 197-199 & 207.

⁴ Tibbetts, pp. 217, 221 & 225.

e que, por outro, ocupa entre estas e aquelas uma posição mediana. Da *Mesonésia* fazem parte tanto Timor como as Filipinas, que com a nossa ilha têm assim mais do que uma afinidade.

Graças às condições geográficas que assinalámos, a metade ocidental da Insulíndia foi, desde os primeiros séculos da nossa era, frequentada por mercadores e viajantes indianos, com os quais vinham alguns missionários budistas; a influência indiana que trouxeram cristalizou em reinos indianizados, como o de Seri Wijaya ou Çri Wijaya em Samatra, que teve o apogeu entre o século VII e o XI, e em Java os de Mataram, Singhasari, Kadiri e Mâjâpahit, a que aludimos já, para não falar das grandes monarquias agrárias da Península Indochinesa, de que a mais famosa é o Camboja. Através de Java podem ter chegado a Timor um ou outro traço de influência indiana, mas nada que se compare ao que se passava na Insulíndia ocidental ou na Península, onde a religião, o conceito de realeza, a organização do estado e a própria concepção da sociedade como pirâmide de castas hierarquizadas eram manifestamente de origem indiana. Foi certamente da Índia, através de Java, que chegou a Timor o cavalo, que conserva em tétum o seu nome malaio, *kuda*, que por seu turno é de origem sanscítica, da mesma raiz que, por exemplo, o concanim *gboddo*⁵. Os indianos devem, em contrapartida, ter levado da zona de Timor para o sul da Índia o sândalo (*Santalum album*, L.), que hoje medra em abundância na zona de Maiçur ou Mysore, mas não parece ser aí indígena – já porque ocorre apenas numa zona limitada, o que sugere aclimação artificial, já porque se não dá em climas sem uma estação seca bem marcada, pelo que não poderia ter atravessado por seu pé a zona equatorial. O nome que se lhe dá em sânscrito, *chandana*, parece ter-se aplicado de começo ao chamado sândalo-vermelho (*Pterocarpus santalinus*, L.), uma leguminosa afim do pau-rosa (*Pterocarpus indicus*, L.), que veio em sânscrito clássico a ser designada por *raktachandana*, “sândalo rutilante”, certamente para a distinguir do sândalo-branco importado da zona de Timor. Diga-se entre parêntesis que as duas plantas apenas têm em comum o facto de fornecerem um pó colorido, amarelo num caso, vermelho no outro, que os hindus utilizam para fazer pintas rituais na testa.

⁵ A forma sânscrita é *goṭa*.

À influência indiana no Arquipélago viera juntar-se, a partir de finais do século XIII, a islâmica, trazida também da Índia, sobretudo por mercadores mouros do Guzerate. Assim apareceu na década de 1290 no topo setentrional de Samatra o primeiro sultanado da região, o de Samudra-Pasai ou Pacém, a que se seguiu o de Malaca, empório marítimo fundado em 1403 e islamizado logo em 1414. Daí, na segunda metade do século XV, passou o Islão a Java, onde teve como primeiro foco Demak, um pouco a oeste de Surabaia; dessa zona, agora já nem sempre por conduto do comércio, mas muitas vezes por conquista, à maneira islâmica clássica, ganhou o resto de Java, causando por volta de 1527 a ruína tanto do grande reino hindu de Mâjâpahit, em Java oriental, como a do de Sunda, em Java ocidental. Graças ao comércio da especiaria, a influência islâmica chegou mesmo mais longe que a hindu, dando origem na segunda metade do século XV ao enclave muçulmano das pequenas ilhas de Banda, logo a seguir aos sultanados de Ternate e Tidore, em Maluco e, já em começos do século XVII, aos do extremo sul de Celebes: o reino macaçar de Gowa ou Goa, que desde meados do século XVI tinha por apêndice o reino gêmeo de Tallo' ou Teló, e os reinos buguizes de Boné e Luwu'.

Nem a influência indiana nem a muçulmana chegaram a Timor; os portugueses foram encontrá-la assim na era do ferro, sem conhecer a escrita, o estado nem o fenómeno urbano, organizada em pequenas chefaturas, com uma religião animista baseada no culto dos antepassados – em suma, num estádio de civilização comparável ao dos Lusitanos ou dos Gauleses antes da conquista romana.

É verdade que tal como a zona de Maluco, onde medravam alguns produtos altamente apreciados, que em mais parte alguma se davam, como a noz-moscada e o cravo, Timor tinha um produto rico a oferecer ao tráfico intercontinental, o sândalo-branco, muito apreciado tanto no Extremo Oriente como na Índia, na Pérsia e na Europa. O sândalo de Timor era reputado o melhor do mundo; a despeito disso a ilha não tinha, pelo menos para os consumidores ocidentais, a importância exclusiva que tinham Maluco e Banda, pois ao contrário da noz-moscada e do cravo, o sândalo achava-se igualmente noutras partes, em particular nas terras altas do Sudoeste da Índia, em torno da atual Maçur, como vimos já. Não parece, assim, ter alimentado um tráfego tão regular como as especiarias dos dois pequenos arquipélagos, e é certamente por isso que a influência malaia é em Timor

menos sensível. Enquanto que em Maluco, como se prova por exemplo pelo pequeno glossário coligido por Pigafetta na sua *Relação* da circum-navegação de Magalhães, o malaio se havia tornado já na língua corrente do comércio, em Timor o papel de língua veicular continuou até aos nossos dias a ser desempenhado por um idioma local, o tétum; e ao passo que Maluco e Banda estavam já islamizadas quando entraram em cena os portugueses, em Timor, a despeito da presença de algumas pequenas colónias mercantis muçulmanas, o islamismo não chegou jamais a difundir-se entre as populações locais.

Um pouco diferente era o caso da China. O sândalo, usado como perfume no culto dos antepassados, era aí muito apreciado, mais talvez do que o cravo e a noz, que ao contrário da pimenta não desempenham papel de relevo na culinária requintada do Celeste Império. Singrando por entre as Filipinas, as ilhas Sulu e as de Maluco, Timor fica mais perto da China do que a Índia meridional, onde os mercadores árabes se podiam mais economicamente abastecer. Não admira que os chineses tenham frequentado desde cedo as costas da nossa ilha. Já em 1225 o geógrafo Chao Ju Kua a menciona no seu *Chu Fan Chih* ou “relação integral sobre o estrangeiro”, onde, sob o nome de Ti-Wu, a enumera entre as dependências de She-p’o (*i. e.* Java), explicando em outro passo que aí se produz sândalo⁶. Mas é a Wang Ta-yüan, que escreveu por 1350, sob a dinastia mongol que Marco Polo conheceu na China, que se deve a primeira descrição relativamente circunstanciada de Timor:

As montanhas de Timor não produzem outra cousa senão sândalo, que é o que aí mais abunda. É trocado por prata, ferro, chávenas, roupa dos países ocidentais e tafetás de cores. Há ao todo doze localidades que são consideradas portos. Outrora um certo Wu Chai de Chüan Chou mandou lá um junco a traficar, com um cento de pessoas a bordo. Por fim, de cada dez tinham morrido oito ou nove, enquanto que os mais dos outros estavam fracos e definhados. Então seguiram os ventos e tornaram. Que terrível cousa! Embora os lucros do trato nessas partes sejam de mil por um, que vantagem há em lá ir?⁷

Timor entrava assim na literatura com a injusta fama de ser insalubre e de ruim clima. A verdade é que, com um pico que roça os 3000

⁶ I, 15; I, 39 & II, 12.

⁷ Ptak, *op. cit.*, p. 37.

metros e boa parte do solo bem acima dos 1000, o interior da ilha é fresco e assaz saudável. São as planícies costeiras, pantanosas e infestadas de malária, que são pouco acolhedoras; mas é aí que, por força, a navegação tem de acostar... A população timorense, instintivamente, concentrou-se no interior, fugindo da costa tanto quanto pôde. Com a população empoleirada nas montanhas, defendida por uma cinta de mosquitos, Timor pôde assim viver em grande isolamento, até que a penetração portuguesa a ligou definitivamente ao mundo.

Seja como for, a mortandade dos homens de Wu Chai não desanimou os chins: a quantidade de porcelana chinesa que tem sido encontrada em Timor atesta bem da intensidade do seu comércio com o Império do Meio.

Em 1367, sob a conduta da dinastia nacionalista Ming, a China sacudiu o jugo mongol. Naturalmente, virou as costas à estepe para se debruçar para o mar. Foi o segundo imperador da dinastia, Yung Le, quem tomou a peito tal política, ordenando, sob o comando do almirante Cheng He, uma série de expedições ao Grande Mar do Sul, que tiveram lugar entre 1405 e 1433. Os juncos imperiais, que então chegaram pela primeira vez ao Golfo Pérsico e à costa oriental da África, por pouco não descobrindo o caminho marítimo para a Europa, exploraram igualmente a Insulíndia e quiçá a costa setentrional da Austrália. Há nos relatos dessas expedições referências a Timor, a que chamam Ch'ih-men ou Chi-li Ti-wen; mas são infelizmente assaz lacônicas, reflectindo segundo tudo leva a crer informações escutadas em Java, que não conhecimento *de visu*.

Um dos testemunhos das viagens de Cheng He, o *Hsing-Ch'a Sheng-Lan* de Fei Hsin (c. 1386-1436) dá da ilha uma sucinta descrição, em parte copiada da de Wang Ta-yüan:

Chi-li Ti-men [= Timor]: jaz a leste de Chung Chia Lo. As suas montanhas estão cobertas de densas matas, todas de sândalo; e nada mais produz. Há doze portos de comércio, onde os tratantes se juntam, cada um com seu régulo. Os campos são férteis e os cereais abundantes. O tempo é quente de dia e frio de noite. Todos os navios mercantes ficam infetados de doença e de cada dez homens morrem oito ou nove, porque a terra tem vapores assaz pestinenciais. Os homens e as mulheres cortam o cabelo e usam roupetas curtas. As mercadorias que aí valem são cousas como moedas de ouro, ferramentas e pratos de porcelana⁸.

⁸ 2ª parte, p. 87.

Os “vapores pestinenciais” são, sem dúvida, os maus ares das terras baixas, infestadas de sezões; ao que se juntam as doenças venéreas, como uma outra versão explícita:

Os homens e as mulheres (...) dormem de noute sem cobrir os corpos. Quando os juncos de comércio chegam lá todas as mulheres sobem a bordo para traficar. Muitos dos homens contraem doenças infecciosas e morrem oito ou nove em cada dez. Isso é devido à malária que grassa nesse país e ao comportamento obsceno⁹.

Mas já a pressão dos Mongóis sobre o império levava as autoridades a voltar de novo os olhos para o Norte e transferir de Nanquim para Pequim a capital. Dispendiosas, as grandes expedições navais foram suspensas, e restringido o próprio comércio de mercadores privados nos mares do Sul. O reino de Malaca, criado em 1403, declarou-se em 1414, ao mesmo tempo que se convertia ao islão, vassalo do imperador chinês, e a China passou a abastecer-se aí do que importava do Ocidente e da Ásia tropical. As viagens de mercadores à Insulíndia tornaram-se por certo mais raras; pelo menos não há por então mais referências diretas a Timor na documentação chinesa conhecida.

Assim, na segunda metade do século XV, quando o sultanado de Malaca comandava os fluxos mercantis do Arquipélago, eram os malaios quem drenava para Malaca e aí vendia ao mundo o sândalo de Timor. Eram provavelmente os únicos forasteiros a frequentar a ilha – situação de que resta uma curiosa recordação linguística no termo vernáculo *malae*, que se generalizou no sentido de “estrangeiro, pessoa de fora da ilha”, e se aplica hoje sobretudo aos Portugueses.

E sem embargo, não se conhecem na literatura malaia referências a Timor...

II. O ALVORECER DA ERA CRISTÃ

Foi em Malaca, da boca dos Malaios, que os Portugueses escutaram as primeiras novas da existência de Timor. Foi com base nelas que, por volta de 1515, Tomé Pires deu na sua *Suma Oriental* a pri-

⁹ *Ibidem*, nota 35.

meira notícia pormenorizada acerca da nossa ilha, ainda muito misturada à da vizinha Sumba, também produtora de sândalo:

Antre as ilhas de Bima e de Solor se faz um canal grande por onde vão às ilhas dos sândolos; toda'las ilhas de Jaua pera diante se chamam Timor, porque na linguagem da terra *timor* quer dizer “levante”, como se dissessem “as ilhas de levante”. Por principal se chamam as ilhas de Timor estas duas donde vem os sândolos. As ilhas de Timor são de reis gentios. Nestas duas há grande soma de sândalos brancos, valem muito barato porque os matos nom tem outra madeira. Dizem os mercadores malaios que Deos criou Timor de sândalos e Bandam de maçãs e as de Maluco de cravo, e que no mundo nom é sabido outra parte em que estas mercadarias haja, somente nestas. E eu perguntei e enqueri diligentemente se estas mercadarias havia em outra parte e todos dizem que não¹⁰.

O *Livro* de Duarte Barbosa, praticamente coevo, é, embora redigido no Malabar e não em Malaca, um pouco mais preciso:

Indo mais ao diante, leixando estas ilhas de Jaua Maior e Menor, ao mar delas estão outras muitas, grandes e pequenas, povoadas de gentios e mouros alguns, antre as quaes está a que chamam Timor, que tem rei e língua sobre si. Nesta ilha há muitos sândalos brancos, que os Mouros muito estimam na Índia e Pérsia, onde se gasta muita soma deles, e tem grande valia no Malabar, Narsinga e Cambaia. As naos de Malaca e Jaua que aqui vem por ele levam por retorno machados, machadinhas, cotelos, espadas, panos de Cambaia e de Paleacate, porcelanas, continhas de cores, estanho, azougue, chumbo e outras mercadarias com que carregam do dito sândalo, de mel, cera, escravos e dalgua prata que na terra há¹¹.

Não se sabe ao certo quando chegou a Timor o primeiro navio português nem quem o tripulava. Deve ter sido em 1515. A armada de António de Abreu, que, após a conquista de Malaca, Afonso de Albuquerque despachou para Banda e Maluco, zarpou em 1512 mas, como resulta evidente dos debuxos de Francisco Rodrigues, costeou pelo Norte as ilhas das Flores e de Alor, e não deve por isso ter avistado Timor. Foi certamente com base em informações fornecidas pelos pilotos malaios da frota que o cartógrafo Francisco Rodrigues, que seguia a bordo, desenhou num dos seus mapas, de forma aproxima-

¹⁰ *fl* 155 *v.*

¹¹ Cap. 61, 1-6.

tiva, a ilha de Timor ao sul daquelas. Parece que em começos de 1514 se não visitara ainda a ilha. Com efeito, escrevendo a D. Manuel no Dia de Reis desse ano, ainda Rui de Brito Patalim, primeiro capitão de Malaca, afirmava:

Timor é uma ilha além de Jaua, tem muito sândalo, muito mel, muita cera; nom tem juncos pera navegar; é ilha grande, de cafres; por nom haver junco nom foram lá¹².

E em carta da mesma data a Albuquerque:

A Timor quisera mandar e por nom ter junco nom foram esta moução lá; pera o ano, prazendo a Nosso Senhor, irão lá, pera trazerem o sândalo; é muito boa navegação¹³.

A monção favorável para navegar de Malaca para a Insulíndia oriental era o inverno do hemisfério norte, ou seja, de novembro a março. Rui de Brito não deve ter podido pôr em prática o seu desígnio, pois era em junho desse ano substituído como capitão por Jorge de Albuquerque, sobrinho do governador. Foi provavelmente este, ou Jorge de Brito, que por seu turno o substituiu nos últimos dias de 1515, quem mandou o primeiro junco português a Timor. De qualquer modo em 1518 era já navegação habitual, pois o capitão de Malaca Afonso Lopes da Costa, escrevendo a El-Rei a 20 de agosto desse ano alude por duas vezes à importância como escala do porto de *Agaçy*, ou seja, Gresik em Java Oriental, “por onde os nossos juncos vão e vem pera Timor, Banda, Maluco”¹⁴.

Ao contrário do comércio de Maluco e Banda, que foi declarado monopólio régio, o de Timor permaneceu livre, pois o sândalo, que chegara a ser declarado produto estancado, de comércio reservado à Coroa, foi nas *Ordenações da Índia*, promulgadas em 1521, excluído da lista e deixado ao trato de partes, ou seja, ao comércio de mercadores privados. É por isso que é muito escassa a documentação sobre a ilha nestes primeiros tempos. Para as ilhas da especiaria navegavam, em princípio, apenas navios de Sua Alteza; e os seus capitães iam informando o soberano de quanto se ali passava. A Timor iam mer-

¹² A. Basílio de Sá, *Documentação...*, vol. I, doc. 9, pp. 71-72.

¹³ Idem, *ibidem*, doc. 8, p. 54.

¹⁴ Idem, *ibidem*, doc. 12, p. 103.

cadores privados, que não deixaram arquivos nem tinham de prestar contas. Foi um grupo deles, que ali haviam ido com vários juncos a carregar sândalo, quem em 1522 aprisionou e trouxe para Malaca dois castelhanos da armada de Fernão de Magalhães que lá encontraram no junco de um mercador lução.

Magalhães não havia pensado em dar a volta ao Mundo, mas tão somente em atingir pelo outro lado do globo as ilhas de Maluco e provar que caíam, pelo tratado de Tordesilhas, na demarcação de Castela. Mas o que restava da sua frota quedava tão destruído que Sebastião de Elcano, que assumiu o comando da expedição após a morte de Magalhães em Cebu, nas Filipinas, preferiu arriscar-se às represálias e fazer a viagem de retorno pela rota portuguesa do Cabo, mais curta e mais segura. O que se previa ser uma viagem de ida e volta pelo Pacífico transformou-se assim na primeira circum-navegação do globo, e daí a celebridade da expedição, de que há quase uma dezena de relatos, dois dos quais circularam impressos pela Europa logo a partir de 1523. O mais conhecido, mais rico e mais famoso é o de Antonio Pigafetta, um veneziano que participou na aventura.

É da *Relação* de Pigafetta que faz parte a mais completa informação sobre Timor que nos chegou da centúria de Quinhentos:

Partimos da ilha de Malua no sábado 25 de Janeiro de 1522 e no domingo 26 chegámos a uma ilha grande que dista cinco léguas daquela, a su-sudoeste. Fui a terra só para falar ao homem principal de uma vila chamada Amabon, a fim de que nos desse vitualhas. Respondeu-me que me daria búfalos, porcos e cabras; não pudemos, porém, chegar a acordo porque queria muitas coisas por um búfalo.

Constrangidos pela fome e porque tínhamos pouco para dar, retivemos a bordo um dos homens principais de outra ilha chamada Balibó e um seu filho. Com medo de que o matássemos, deu-nos logo seis búfalos, cinco cabras e dois porcos e, para completar o número de dez porcos e dez cabras, outro búfalo. O resgate fora fixado assim. Mandámos depois pô-los em terra, contentíssimos com os presentes recebidos de linho, panos da Índia, de seda e de algodão, machados, faquinhãs indianas, tesouras, espelhos e facas.

O senhor com quem fui falar era servido somente por mulheres. As mulheres andam, como as outras atrás referidas, todas nuas; trazem pequenos brincos de ouro com fios de seda pendentos, nas orelhas. Nos braços, até aos cotovelos, têm muitas manilhas de ouro e de latão. Como as mulheres, os homens andam nus, usando apenas certas coisas de ouro, redondas como um trincho, amarra-

das ao pescoço; no cabelo usam pentes de cana enfeitados com anéis de ouro. Alguns trazem nas orelhas, seguros por anéis de ouro, gargalos de cabaças secas. Esta é a única ilha onde se encontra o sândalo branco. Também há ali gengibre, búfalos, porcos, cabras, galinhas, arroz, bananas, cana doce, laranjas, limões, cera, amêndoas, outras coisas e papagaios de diversas cores.

Os quatro irmãos que são reis desta ilha vivem no outro lado da mesma. No sítio onde nós estávamos havia algumas povoações onde residiam alguns dos homens principais. São os seguintes os nomes das quatro localidades que os reis habitam: Oibich, Lichsana, Suai e Cabanaza. Obich é a maior.

Disseram-me que num monte em Cabanaza há bastante ouro e que os habitantes compram todas as coisas com pedacinhos daquele metal. Todo o sândalo e cera transacionados pelos de Java e Malaca provêm destes sítios. Encontrámos aqui um junco de Lozon, vindo para negociar em sândalo.

Estes povos são gentios. Quando vão cortar o sândalo, disseram-nos, aparece-lhes o demónio sob várias formas e diz-lhes que lhe peçam qualquer coisa de que necessitem. Esta aparição deixa-os doentes uns quantos dias. O sândalo corta-se em determinada fase da lua; de outra forma não seria bom. As mercadorias que ali se permutam pelo sândalo são panos vermelhos, linho, machados, ferro e pregos. Esta ilha, toda habitada, é muito comprida no sentido levante-poente e pouco larga na direcção norte-sul. Está na latitude de dez graus do polo antártico e em cento e setenta e quatro graus e meio de longitude da linha de demarcação. Chama-se Timor¹⁵.

Será necessário esperar pela chegada dos missionários para termos mais novas de Timor. Como é geralmente sabido, foi a eles e não aos mercadores, que iam e vinham sem se radicar na ilha, que se deveu o enraizamento da influência portuguesa. Virgens ainda do dedo de Mafoma, ao contrário de Maluco, as ilhas das Flores, Solor e Timor pareceram-lhes, com efeito, um bom campo de apostolado. O primeiro a chegar, em 1556, foi um dominicano, Frei António Taveira, que conseguiu de facto converter numerosos nativos. Foi o que animou o primeiro bispo de Malaca, D. Frei Jorge de Santa Luzia, também ele frade dominicano, a enviar em 1561 para as ilhas de Solor e Timor missionários da sua ordem. Foram estes que, para se defender dos Holandeses, chegados ao Arquipélago em 1596, e dos Macaçares convertidos ao islão em 1603, ergueram na ilha os primeiros fortes. Entre-

¹⁵ Cap. XLV-XLVI.

tanto os régulos convertidos ao catolicismo, também eles receosos dos novos invasores, começavam a declarar-se vassallos del-rei de Portugal. Timor escorregou assim, quase insensivelmente, para a esfera de influência portuguesa, por uma via assaz diferente da de qualquer outro território. Talvez que, no âmbito da expansão portuguesa, o caso mais análogo ao de Timor seja o do Japão, onde a influência religiosa se exerceu anteriormente a qualquer penetração política. Só que no Japão o progresso da cristandade foi bruscamente interrompido pela brutal reacção dos xoguns da casa Tokugawa à presença desestabilizadora do cristianismo no arquipélago. O caso de Timor tornou-se, por conseguinte, verdadeiramente único.

História da Igreja em Timor? ou, simplesmente, história de Timor?

Passados são já os tempos em que se pensava que a história eclesiástica, ou mesmo que a história religiosa em geral, eram matéria que apenas interessava padres e seminaristas. Essa atitude resultaria quiçá de uma influência da ideologia positivista, que, de harmonia com a célebre “lei dos três estados” formulada por Augusto Comte, via na religião uma forma de pensamento ultrapassada, que, chegada a hora do “estado positivo”, a ciência substituiria definitivamente. Os positivistas tinham, em parte, razão – por exemplo no que respeita à utilização dos mitos de origens, que de uma forma ou de outra toda a religião possui, para explicar o mundo. Como no século III magistralmente definiu Orígenes, há que ver neles sobretudo alegorias, através das quais, ultrapassando o seu sentido literal, se pode aceder ao sentido moral e daí ascender ao seu sentido místico. A finalidade da religião não é, com efeito, fornecer uma explicação para o que o Homem pode e deve descobrir por si próprio, mas pôr o indivíduo em relação com o Todo, abrir ao relativo as portas do Absoluto e através do temporal entrever o Eterno. Seja como for, da idolatria da ciência fomentada pelo positivismo resultou quase sempre um certo desprezo pela religião e, conseqüentemente, um desinteresse pela história religiosa.

O materialismo dialético proposto pela ideologia marxista pode, por uma via ligeiramente diferente, ter contribuído em seguida para o mesmo resultado: ao considerar a evolução histórica como necessa-

riamente determinada pela luta de classes e pelos fatores económicos, tendia logicamente a subalternizar as superestruturas mentais, como a religião e a cultura, que se lhe afiguravam uma espécie de secreção das classes dominantes, destinada a justificar o seu domínio e assim garantir sua posição. Sem negar o grande contributo que o marxismo deu para a metodologia histórica, sabemos hoje que essa visão das coisas é decididamente redutora, não permitindo compreender na multiplicidade dos seus aspetos a complexidade da História. De facto, se é verdade que as condições sociais e económicas, e de uma maneira geral todas as infraestruturas materiais, condicionam inegavelmente as formas de pensar, não menos verdade é que estas se refletem nas maneiras de agir e que, por conseguinte, ditam em certa medida os comportamentos individuais, cujo somatório vem a produzir a História. A relação entre infraestruturas materiais e superestruturas mentais não se reduz, por conseguinte, a uma mera relação de causa a efeito, antes consistindo numa complexa dialética, numa constante interação em que é difícil distinguir o condicionante do condicionado. Ultrapassados estes condicionalismos mentais, a história religiosa tende em nossos dias a reconquistar a posição eminente que durante séculos ocupou, pois ninguém duvida já de que as formas de pensar influenciem as de agir. E, dentro das formas de pensar, a religião, no seu sentido lato, situa-se em lugar cimeiro, já que, por incluir uma metafísica e uma moral, proporciona uma visão integrada quer do *ser* quer do *dever ser*; constituindo assim o mais englobante dos sistemas. É por isso que a cristianização não é na história de Timor um mero acidente de percurso, mas um fator estruturante, sem o qual se não pode compreender nem a individualidade étnica e a personalidade coletiva do povo timorense, nem as fraturas que nitidamente o separam dos vizinhos, sem embargo do muito que por outro lado os une. Para compreender a história recente de Timor há, pois, que recuar no tempo pelo menos quatro séculos. Pouco importa que, paradoxalmente, a cristianização das massas apenas se tenha concluído em Timor-Leste sob a ocupação indonésia, que era em última análise a de um exército maioritariamente muçulmano, pois a integração das sociedades faz-se sobretudo através das suas elites, e as elites estavam em Timor cristianizadas de longa data.

Esquízo de uma sociologia do catolicismo em Timor

Na sociedade tradicional timorense a elite confundia-se com a aristocracia. Como todas as sociedades organizadas em chefaturas, a de Timor conhecia uma acentuada estratificação social, distinguindo-se nitidamente quatro ou cinco estamentos principais: os nobres, subdivididos em *liurais* ou régulos e *datos* ou chefes de suco, os *timungões* que formavam uma espécie de classe média constituída pelos chefes de povoação, o povo ou *êmar*, e finalmente a gente de condição servil, os *ata*, ainda subdivididos em *lútu bun* e *úlun bouris*. Enquanto, de uma maneira geral, as classes baixas casavam localmente, os nobres tomavam esposa dentro do seu próprio estrato, o que os obrigava a buscá-la bastas vezes longe do seu lugar de residência. Unida assim por laços de parentesco, de que decorria uma solidariedade horizontal, a aristocracia, omnipresente, ligava-se localmente aos seus súbditos por laços de solidariedade vertical. Daí resultava uma estrutura, por assim dizer em forma de pente, que contribuía para assegurar a unidade moral do território, de que constituía a ossatura. A cristianização reforçou sem dúvida quer a sua solidez interna quer o sentimento da sua diferenciação em relação aos povos vizinhos, mormente aos muçulmanos de Celebes, que começavam a assolar periodicamente as costas timorenses.

Seja como for, é assaz significativo que, no momento em que o primeiro governador português desembarcou em Timor, todos os *liurais* que lhe prestaram vassalagem, de que possuímos a relação nominal, tivessem já nome cristão e apelido português, tomado provavelmente dos padrinhos de batismo. O catolicismo constitui em Timor-Leste uma diferença não só em relação aos muçulmanos de Celebes e da Insulíndia ocidental, como em relação aos povos de Timor indonésio, maioritariamente protestantes. Embora a fronteira religiosa não coincida exatamente com a fronteira política, pois em Timor Ocidental os Belos da região fronteiriça da Atambua falam tétum e são católicos, a clivagem religiosa entre as duas metades de Timor, de início irmanadas pela evangelização dominicana, remonta a meados do século XVIII. Foi, ao fim e ao cabo, um corolário da fatídica batalha de Penfui, nos arredores do Cupão, que se feriu a 9 de novembro de 1749, em que uma coligação de régulos apoiados pela VOC – *Vereenigde Oost-Indië Compagnie*, a Companhia Holandesa das Índias Orientais

– esmagou os arraiais topazes do capitão Gaspar da Costa, senhor do Oé-cússi. A VOC não deixou de explorar a vitória dos seus aliados: entre 1758 e 1761 o *opperbooft* ou capitão-mor holandês do Cupão, von Pluskow, conduziu uma série de campanhas pelo interior do país, batendo os topazes junto a Noemúti, ao sul do Oé-Cússi, após o que se lhe submeteram diversos reinos que até aí estavam sob a influência destes; apenas os reinos de Ambeno e Noemúti permaneceram na órbita dos topazes, de que em breve voltaremos a falar, e, como tal, católicos e nominalmente sujeitos aos portugueses. A adesão da maior parte do Servião ou Timor Ocidental aos holandeses ficou consolidada em 1759 com a conversão ao calvinismo do *Senobai*, “imperador” ou suserano de todos os régulos daquela metade da ilha, e do rei de Amacono, que comandara as tropas vitoriosas em Penfui. Os reis do Servião, que até aí tinham nomes portugueses, começam por essa época a usar nomes próprios holandeses.

Um passado vivo no presente

É preciso ter em mente estes antecedentes para bem compreender, em todas as suas facetas, a resistência de Timor-Leste à ocupação indonésia durante o quarto de século que vai de 1975 a 1999.

Há que notar que o islão indonésio, sobretudo na sua vertente javanesa, é assaz *sui generis*, pois comporta uma mundivisão de tendência mística e holista, herdada do pensamento hindu. Era sobretudo o sincretismo javânico, com a sua conceção absorvente e providencialista do poder político, que jazia nos fundamentos do regímen de Suharto. Em Timor, sem embargo de a sociedade tradicional ser marcada por uma conceção profundamente hierárquica das relações entre pessoas, predominava, pelo menos implícito, um conceito de poder de cariz contratual, aparentado à ideia de *pactum subjectionis*, exposta em finais do século XIII por João Duns Scoto e desenvolvida ao depois pela neo-escolástica de Salamanca e Coimbra. Independentemente de fatores meramente conjunturais, como o comportamento das tropas invasoras, o choque era, por assim dizer, inevitável.

Objetar-se-á que 99,99 % dos timorenses desconheciam a própria existência de Duns Scoto, e tal facto é indubitável; mas não é exatamente isso o que está em causa. A consciência difusa da essência contratual do poder estava desde sempre implícita em costumes como

a escolha dos chefes pelo povo, de entre os familiares de um chefe falecido, muitas vezes ao arrepio dos direitos de primogenitura. Igualmente presente na prática denominada *bafôli liurai* – ou seja, adquirir-se de um reino amigo, mediante um contrato em tudo paralelo ao de um casamento, uma linhagem régia, para colmatar o vazio de poder deixado por uma família real extinta sem descendência. A consciência da natureza pactual do poder deve ter-se apurado ao depois em Timor através da vivência da sua muito peculiar relação com Portugal. É frequente ouvir dizer-se que Timor permaneceu quatro séculos e meio sob domínio colonial português, mas essa afirmação carece de qualificação. *Stricto sensu*, apenas houve em Timor regímen colonial a partir do governo de José Celestino da Silva, entre 1894 e 1908, o que reduz singularmente o seu âmbito cronológico; desde 1702 até aí, o regímen vigente definir-se-ia melhor como de protetorado. E antes disso, pelo menos até 1642, como veremos a seguir, a ambiguidade era maior ainda; portanto, *distinguo*, conquanto seja subtil.

Desde Camões que se fala de “dilatara Fé e o Império” como de um binómio indissociável, mas tal visão das coisas é profundamente ideológica e, para mais, um tanto ou quanto anacrónica. Se nos é difícil superá-la é porque, por um lado, a alimentam as crónicas oficiais, como a de João de Barros, que no-la procuram insuflar – e por isso é ideológica. É-o, por outro lado, porque entre nós e esses antigos tempos se entrepõe a imagem dos regimes coloniais recentes, que muitos conhecemos por experiência e tendemos a projetar sobre um passado mais remoto, sem notar que muitos dos traços das instituições e da própria ideologia colonial ou não existiam então ou permaneciam ainda *in ovo* – e por isso é de certo modo anacrónica.

O anacronismo em que mais vezes se tropeça é o conceito de soberania, que só recentemente adquiriu os contornos rígidos e absolutos que apresenta hoje. Até começos do século XIX é, por isso, preferível as mais das vezes falar em suserania. À luz do conceito de soberania que hoje prevalece, torna-se por exemplo impossível entender situações como a presença em Macau de um mandarim chinês, apoderado pelo imperador, o pagamento a este de um tributo pelo Senado macaense, ou a existência do *rei do Choutiá* nas cercanias de Damão. Este tirava o nome – que significa, à letra, “rei do quarto” – do facto de ter direito a embolsar um quarto dos impostos levantados da população de Damão pelas autoridades portuguesas; em troca, prote-

gia Damão de qualquer incursão vinda do Norte. Estes paralelos são essenciais para compreender que, como eles, o regímen jurídico da presença portuguesa em Timor durante os primeiros séculos não é redutível aos modelos hoje vigentes.

É, além disso, importante ter em mente que, do ponto de vista da fenomenologia histórica, Timor é adentro da expansão portuguesa no Oriente um caso assaz peculiar, sem rigoroso paralelo em mais parte alguma. Para essa peculiaridade contribuiu, sem dúvida, a sua posição marginal, nos derradeiros confins do mundo conhecido das civilizações superiores da Eurásia, seja o Ocidente islâmico ou cristão, seja a Índia ou seja a própria China; mas a sua história, feita como todas de imprevistos, contribuiu também decididamente para essa singularidade.

Com efeito, neste mundo em que vivemos, que graças a Deus não é a máquina de um relógio – com o que não haveria espaço para a liberdade do Homem – o aleatório desempenha, por vezes, um papel determinante na história dos povos, como na dos indivíduos; mas uma vez incorporado na consciência existencial individual ou coletiva, que não valoriza de igual modo tudo quanto guarda na memória, perde frequentemente o carácter contingente para se tornar estrutural. É por essa via, que atravessa a subjetividade do Homem, que a História vem, de certo modo, a determinar a História, sem com isso aniquilar a liberdade humana.

As três caras de Bramá

Baixando da abstração dos conceitos à realidade das cousas, convém em primeiro lugar notar que a expansão portuguesa nos mares do Oriente não é um fenómeno unívoco e uniforme, mas um feixe de fenómenos em que, como principais, podemos distinguir três linhas, interligadas mas distintas – tal como a imagem do deus hindu Bramá, que se apresenta com um único corpo, mas com três cabeças. A primeira, lógica e cronologicamente, é, de facto, a expansão imperial, que graças às crónicas oficiais e à documentação dos arquivos, conhecemos relativamente bem. As outras duas vertentes, que pouco a pouco se destacaram daquela, são a expansão missionária e a diáspora de mercenários, aventureiros e mercadores privados.

A expansão missionária só começa a desenhar-se como fenómeno conspícuo e independente por volta de 1543, com a chegada

ao Oriente dos primeiros jesuítas, capitaneados por Francisco Xavier. Além do seu dinamismo próprio, teve a vinda desta nova ordem a virtude de excitar a emulação de franciscanos e frades pregadores, presentes já na Índia havia anos. Foi no ambiente da Contra-Reforma militante, sobretudo após a publicação dos éditos de Trento em 1563, e no ambiente de grande emulação entre muçulmanos e cristãos subsequente à destruição, em 1565, do grande reino hindu de Vijayana-gar ou Bisnaga por uma confederação de sultanados que em seguida se virou contra os Portugueses, que esta linha veio a conhecer seu apogeu.

Se, nomeadamente em Goa, muitas vezes tomada levemente como padrão universal, a evangelização andou de mãos dadas com o imperialismo político e cultural, o mesmo não sucedeu por exemplo no Malabar nem na China, onde se fizeram as mais interessantes experiências de inculturação da Fé cristã na tradição local.

Mesmo onde se não chegou a tal grau de dissociação entre a Fé e o Império, a expansão missionária distingue-se claramente da imperial pelo seu âmbito geográfico: basta que se note que o imperialismo oficial sempre se ficou pela fraldas do mar, jamais estendendo a sua mira ao interior das terras, a não ser em espaços exíguos e limitados, como o de Ceilão. A presença missionária, ao invés, não se ateu senão raramente a tais lindes, penetrando, embora episodicamente, até à corte mogol, ao Tibete, ao país dos Laos, à corte safávida de Espão e à própria Geórgia, nos confins da nossa Europa, atingida num movimento retroflexo a partir de Goa.

Neste aspeto, o caso de Timor é comparável sobretudo ao do Japão, onde os missionários portugueses, prescindindo do poder protetor do Estado Português da Índia, estenderam a sua ação bem para lá da área que este tutelava, sem com isso deixarem de recrutar copiosas cristandades. É bem sabido que Timor constitui hoje, ao lado das Filipinas, o único país da Ásia Extrema maioritariamente cristão. Convém contudo notar que nas Filipinas a cristianização, subsequente à conquista espanhola, se fez à sombra do poder político, que facilitou aos missionários a tarefa; e ainda que o não tivesse feito com a sua multifária ação governativa, bastaria o facto de os espanhóis constituírem doravante no arquipélago a classe dominante para tornar o cristianismo atrativo. De feito, a não ser quando intervém um fenómeno de rejeição mais ou menos consciente, o indivíduo tem naturalmente

tendência a conformar o seu comportamento com o das classes reputadas superiores. Aqui deparamos com uma das singularidades históricas da nossa ilha: o cristianismo, e os elementos da cultura portuguesa que se lhe achavam associados, não foram em Timor impostos, mas propostos. Pode por conseguinte admitir-se que dessa cultura o povo timorense apenas assumiu aquilo que quis.

Seja como for, quando em 1641 a única posição portuguesa importante no Sueste Asiático, a praça de Malaca, caiu nas mãos dos holandeses calvinistas, foi em Timor que os seus bispos se refugiaram, pois era já então aí que se achava a cristandade mais numerosa do bispado.

Da perspectiva do tempo longo, a conversão da elite timorense ao cristianismo é não só contemporânea da cristianização das Filipinas como da islamização da Indonésia e da conversão da Península Indochinesa ao budismo *Theravada*. Dir-se-ia que entre o século XV e o século XVII todo o Sueste Asiático foi varrido por uma vaga de descontentamento com as religiões tradicionais. Estas eram na metade oriental do Arquipélago e nas zonas montanhosas da Península o animismo, na metade ocidental daquele e nos grandes plainos desta o hinduísmo e o budismo *Mabâyâna*, com tendência para se amalgamarem entre si. O animismo não era uma religião de salvação: centrava-se no culto dos antepassados, objeto de veneração independentemente dos seus méritos morais; não comportava, por conseguinte, nem a noção de paraíso ou salvação, nem a de perdição. A moral era, nessas sociedades gregárias, imposta pelo costume, sem que houvesse uma noção clara de que na vida de além-túmulo interviria uma sanção sobrenatural. Embora a autoria das normas de conduta, como a das técnicas que a sociedade utilizava, fosse atribuída aos primeiros antepassados, fundadores da grei, e se admitisse que os seus espíritos podiam do além vingar a infração aos seus preceitos, na prática o sistema funcionava sobretudo na base da apertada vigilância que os indivíduos exerciam entre si. Quanto ao budismo *Mabâyâna*, era sua trave-mestra o conceito de *bodhisatva*, nome que se dava àqueles que tendo acumulado méritos suficientes para se tornarem budas e conquistarem o *Nirvâna*, preferiam permanecer neste mundo de ilusão e porem à disposição dos crentes o seu arsenal de merecimentos. Para os fiéis mais cultivados e adiantados na virtude, o ideal era tornarem-se *bodhisatvas* e assim colaborarem na salvação do universo; para os

demais era possível a beatitude, sob a forma de renascimento num paraíso criado graças aos seus méritos por um *bodhisatva*, mediante a devoção e a entrega amorosa a este. Nos grandes estados indianizados de Java e da Península, consoante a dinastia se inclinasse para o hinduísmo ou para o budismo, o soberano apresentava-se ora como uma encarnação de Xiva ou de Vixnu, ora como a de um *bodhistava*; era, em qualquer dos casos, um ser divino e o salvador do povo. A religião, muito gregária, exteriorizava-se em grandes procissões e outros rituais de massas, como vemos debuxados nos baixos-relevos de Angkor ou de Borobudur, e a que podemos ainda hoje assistir, posto que numa forma modificada, aldeã e popular, na ilha de Bali.

Como notámos já, esta ideologia foi parcialmente recuperada na Indonésia pelo regímen de Suharto, que, se não podia garantir aos seus devotos a salvação eterna, pelo menos se apresentava como o homem que salvou o seu país da ruína económica e do comunismo totalitário e ateu.

Foram sem dúvida o desenvolvimento do comércio, os progressos da urbanização e o incremento do individualismo àqueles associado, que vieram pôr em xeque o sistema tradicional. Foram aparentemente as populações mais abertas aos contactos comerciais as primeiras a sentir a necessidade de se irmanarem na mesma fé aos seus parceiros mercantis. A vantagem era sobretudo evidente no caso do islão, que além de uma religião é um sistema social, incorporando normas jurídicas praticamente uniformes. Em qualquer dos casos, deve ter influído a possibilidade de jurar sobre os mesmos livros sagrados, necessária em situações como encomendas a distância, vendas a crédito, pagamentos diferidos e operações congéneres, que exigiam a mútua confiança entre os contratantes. Daí a importância que na Baixa Idade Média adquiriram as comunidades mercantis confessionais, que gradualmente se substituíram às corporações profissionais de antanho.

O mais importante, contudo, é notar que as diferentes religiões que então se difundiram têm como traço comum o acento que põem na autonomia moral do indivíduo. Como é bem sabido, tal é o caso do cristianismo, que se difundiu em Timor e nas Filipinas, e o do islão, seu parente, que veio a prevalecer em grande parte da Indonésia. Tal é também o caso do budismo *Hinayâna* ou *Tberavada*, importado de Ceilão na Baixa Idade Média, que progressivamente foi conquistando a Península, à exceção apenas do Vietname, que permaneceu fiel ao

Mabâyâna introduzido via China. Naquela modalidade de budismo, mais próxima do primitivo, ascético e monástico, não se presta culto a *bodhisatvas* e cada um se salva pelo seu próprio esforço. Embora fenómenos históricos da envergadura deste sejam sempre difíceis de explicar, tal coincidência de traços não nos parece fortuita.

Vale a pena acentuar ainda que o cristianismo se difundiu em Timor do mesmo modo que o hinduísmo e o budismo se haviam espalhado nos primeiros séculos da nossa era, e que, a partir de finais do século XIII, o islão se implantou em Samatra e gradualmente alastrou para as outras ilhas: trazido por missionários que agiam por sua própria conta, viajando a bordo de navios de comércio, na senda dos mercadores.

Esta constatação reconduz-nos à terceira vertente da expansão portuguesa no Índico, que provisoriamente deixáramos de pousio. Dizíamos há pouco que na história dos povos, como na dos indivíduos, há sempre muito de aleatório que, com a revolução dos tempos, se torna estruturante, e vamos num instante observar tal caso em Timor.

Foi, como de todos é sabido, Afonso de Albuquerque que lançou os fundamentos da presença portuguesa na Insulíndia. Foi ele quem de Malaca enviou a Maluco a primeira armada portuguesa, que embora não tenha escalado Timor trouxe da ilha as primeiras novas e a primeira representação cartográfica, ainda que somente aproximada. É evidente que, com esta expedição às ilhas da especiaria, Albuquerque pensava sobretudo em desenvolver o comércio explorado diretamente pela Coroa, como sucedia já com a rota do Cabo; o sândalo, produzido em Timor, era sem dúvida um dos produtos que a médio prazo visava. No entanto, como adiantámos já, em 1521, D. Manuel veio a tomar uma medida que condicionaria fortemente o futuro da presença lusa em Timor: ao promulgar as *Ordenações da Índia*, regulamentando o comércio oriental, excluiu o sândalo da lista dos produtos estancados, reservados ao trato conduzido pela Coroa.

O estanco continuava a impender sobre a noz-moscada de Banda e sobre o cravo das ilhas de Maluco, que não cessaram de ser frequentadas pelas naus d'El-Rei. É por isso que a presença portuguesa tomou nessas ilhas um cariz oficial; e também por isso que, através das crónicas e da documentação dos arquivos régios, conhecemos relativamente bem o que aí se passou. Madre do sândalo, não estan-

cado, Timor foi deixado aos mercadores privados, que não nos legaram arquivos – e é por isso que, até à chegada dos missionários, quase nada sabemos a seu respeito.

Seja como for, as *Ordenações da Índia* de 1521 ditaram o futuro de Timor.

E o rato pariu um monte...

Foi sob o governo permissivo de Lopo Soares de Albergaria, governador da Índia Portuguesa de 1515 a 1518, que, discretamente, pelo menos de começo, se iniciou diáspora de aventureiros, mercenários e mercadores privados – às vezes pejorativamente designados por *entrelapos*, termo de origem inglesa que primariamente significa “intrusos”. Um dos primeiros atos de Lopo Soares, partidário da linha liberalizante e decidido adversário dos monopólios realengos, foi dar soltura a toda a gente portuguesa, até aí espartilhada pela férrea mão de Albuquerque, para que partisse para onde lhe aprouvesse. Foi então que os portugueses se começaram a derramar em grande número pelo golfo de Bengala e logo em seguida pelos mares da Insulíndia e do Extremo Oriente. A uns atraiu a mercancia, a outros, menos providos dos cabedais que o negócio requeria, o corso e a pirataria, a outros, finalmente, a milícia, ao serviço de potentados locais. Designavam-se por *lançados* os que se lançavam entre os nativos, copiando-lhes muitas vezes os trajes e os costumes, e chegando alguns a converter-se ao islão; eram o exato *pendant* oriental dos *tangomaus* da chamada “Guiné de Cabo-Verde”.

Duas circunstâncias explicam esse maciço êxodo. Por um lado o sistema português na Ásia era, em boa parte, um sistema redistributivo: era El-Rei quem, em galardão de bons serviços prestados ou simplesmente para ajudar os filhos segundos, deserdados pelo regímen do morgadio, distribuía aos nobres cargos remunerados e oportunidades de enriquecimento, nomeadamente mediante a concessão de viagens em condições de privilégio. Natural era que os menos favorecidos na distribuição acabassem por abandonar o serviço régio, buscando agenciar por seus próprios meios suas vidas. Por outro lado, impendiam sobre o comércio no Índico diversas restrições, já que havia não só portos coutados, reservados aos navios d’El-Rei, como produtos defesos, guardados para os estancos realengos. Daí uma

espécie de força centrífuga, que impelia para a periferia, onde se não exercia o controlo das autoridades portuguesas, os que pretendiam negociar por conta própria. Acresce que a balança comercial de Portugal com a Índia era, como já outrora o fora a do Império Romano, altamente deficitária para a metrópole: mais dotada pela natureza e não menos desenvolvida em indústrias e engenho humano, a Índia tinha nesse tempo mais para oferecer à Europa do que para demandar dela. As especiarias e drogas do Oriente eram, por isso, em grande parte pagas em contado, o que escoava para as mãos dos produtores o ouro e a prata amoedada que vinham nas naus do Reino. O Estado Português da Índia estava, por isso, em crónica situação de insolvência e os soldos devidos aos soldados, quando pagos, eram-no com enorme atraso. Para muitos, a deserção tornava-se assim o preço da sobrevivência.

Os trânsfugas do serviço oficial agruparam-se bastas vezes em colónias mercantis, sobretudo na contracosta da Índia, mas também no Extremo Oriente. Tal é a origem de estabelecimentos portugueses como S. Tomé de Meliapor, Negapatão e Porto Novo, na costa do Coromandel, de Liampó e em seguida de Macau, na China, da república corsária de Sandiva, nas bocas do Ganges, e do estabelecimento de Solor, a dois passos de Timor. Solor era uma ilha estéril, sem interesse para o comércio; mas, entalada entre ilhas montanhosas, possuía um porto abrigado dos ventos durante todo o ano. Foi aí que os mercadores portugueses que deambulavam pela Insulíndia, mercadejando de ilha em ilha, começaram a invernar, ou seja, a passar a monção chuvosa, de dezembro a fevereiro, em que são mais frequentes as tempestades de nordeste. Sabe-se que num só ano invernaram lá mais de duzentos. Foi para lhes dar assistência religiosa que os dominicanos de Malaca aí fundaram um convento, que viria mais tarde a ser a casa-mãe das missões católicas de Timor; e foi para se defenderem dos ataques de piratas jaus e macaçaes que os frades ergueram em seguida uma fortaleza, o primeiro forte português na região – que assim não surgiu de um desígnio político do estado, mas de uma iniciativa pragmática dos religiosos. O que hoje se nos torna mais difícil de entender é a rivalidade crónica que existia entre esta rede de estabelecimentos informais, a que já se chamou “império sombra”, e a empresa oficial. A dificuldade vem de estarmos mais acostumados aos modelos da colonização moderna, de tónica liberal, muito diferente

do sistema mercantilista que imperava então. Na época contemporânea, do século XIX para cá, a colonização é promovida pelo estado, um estado liberal, dominado pela burguesia. As funções que avocam são as de pacificar as populações locais e criar não só as infraestruturas materiais necessárias, como o ordenamento jurídico indispensável para que a iniciativa privada possa prosperar e explorar os territórios. Na época mercantilista não era assim: o estado era, também ele, uma empresa de comércio, rival dos seus próprios súbditos, e um rival incómodo, pois, quanto mais não fosse porque não pagava impostos a si mesmo, lhes fazia uma concorrência desigual.

É a crónica tensão entre as redes mercantis privadas e a empresa estatal que explica, por exemplo, os projetos de expedição militar contra Meliapor, com o fito de obrigar os mercadores portugueses aí estantes a regressar “à Índia”, ou seja, à costa do Malabar, e acabar de vez com a concorrência que faziam ao estado. O mesmo se passaria mais tarde em Timor: no terceiro quartel do século XVII, quando os portugueses radicados em Larantuca e Oé-Cússi davam cartas em toda a região, propunha o bispo de Cochim que se organizasse contra eles uma campanha, mandando de Goa tropas que os desalojassem e integrassem os seus domínios no património da Coroa.

A situação era complexa, pois entre os alevantados, em nítida rotura com o poder português, e os agentes da empresa oficial havia, por assim dizer, um corpo intermédio, formado pelos chamados *casados*, ou seja, homens que iam para a Índia como soldados e aí desposavam mulheres nativas, radicando-se nas praças portuguesas do Oriente. A Coroa contava com eles para defenderem, com seus escravos, familiares e dependentes, as praças que habitavam, e por isso lhes concedia diversos privilégios, de que o principal era o direito exclusivo a serem eleitos para as municipalidades locais. Eram sobretudo prósperos e numerosos em Cochim, onde contavam com a proteção do rei local. Os casados tinham assim um estatuto oficial; mas os seus interesses comerciais eram idênticos aos dos mercadores do Coromandel, do Extremo Oriente e da Insulíndia, com quem mantinham negócios permanentes. Ao fim de uma geração os casados davam lugar a mestiços, que se tornavam os principais intermediários económicos e políticos entre os portugueses e as populações locais, de que frequentemente adotavam os costumes, e de que em regra conheciam bem as línguas. Daí o virem a ser conhecidos por *topasses* ou *topazes*, termo

de origem dravídica, e mais remotamente sanscítica, que etimologicamente significa “bilingues”. A estes mestiços físicos há que juntar os nativos cristianizados, que a missionação na época da Contra Reforma multiplicou, que formavam uma espécie de “mestiços culturais”. Para uns e outros, era muito mais a religião que a fidelidade ao estado o que era assumido como marca identitária e os mantinha unidos.

De começo, casados, entrelopos, topazes e conversos constituíam um mero subproduto da expansão oficial, a que permaneciam mais ou menos marginais. Com o tempo, porém, foram-se tornando influentes, chegando a inspirar decididamente os rumos da política do Estado da Índia, que, vítima do seus crónicos problemas financeiros, não podia subsistir sem os seus empréstimos de dinheiro. Pôde por isso Sanjay Subrahmanyam afirmar com razão que passara a ser a cauda a abanar o cão...

Por volta de 1560 correu no Próximo Oriente o boato de que, aproveitando-se da presença de um fidalgo de sangue real como vice-rei, D. Constantino de Bragança, a Índia Portuguesa proclamara a independência. Vinte e tal anos mais tarde sabe-se que mercadores portugueses que deambulavam pela Insulíndia, mandaram por intermédio de um capitão inglês, Sir Thomas Cavendish, recados a D. António, Prior do Crato, para que viesse para o Oriente e reinasse sobre eles. O “império sombra” tomara, de facto, consciência de si próprio e buscava estruturar-se e adquirir um estatuto.

Foi aparentemente para se assegurarem, enquanto era tempo, da fidelidade dos portugueses das múltiplas colónias espontâneas de além da Taprobana, que os reis espanhóis do período filipino, começaram a oficializá-las, concedendo, por exemplo, foro de cidade a São Tomé de Meliapor e a Macau. É aproximadamente na mesma época que aparecem nas chancelarias as primeiras cartas régias a nomear capitães-gerais para as ilhas de Solor e Timor, que assim começam, quase sub-repticiamente, a passar para a suserania da Coroa. Na realidade os agraciados não eram, como nas fortalezas da Índia, fidalgos cujos serviços se pretendia recompensar, mas simplesmente aventureiros e capitães topazes, que, ao serviço dos dominicanos ou por conta própria, possuíam já poder militar efetivo. Tal como no caso dos forais de Meliapor e Malaca, trata-se finalmente do resignado reconhecimento oficial de uma situação *de facto*.

É por isso que, a despeito de haver em Timor uma presença portuguesa efetiva, é inteiramente abusivo falar de soberania portuguesa sobre a ilha nos séculos XVI e XVII. A passagem ao protetorado começou a desenhar-se em 1642, na sequência de uma incursão de corsários muçulmanos de Celebes que varreu as duas costas da ilha, onde, sob color de *jihad*, fez cerca de 4.000 cativos.

As populações do sueste de Celebes, mormente os buguizes e os macaçares, seus vizinhos, possuíam grande tradição marítima, que os levou até Samatra e à Península de Malaca, onde viriam a criar o sultanado de Selangor. Lançavam bastas vezes expedições contra as ilhas vizinhas, com o fito de as pilharem e arrebanharem cativos para venderem como escravos; a sua conversão ao islão, cerca de 1603, permitiu-lhes dar às suas incursões uma coloração de guerra santa. A almogavaria de 1642 foi a mais sentida; foi ela que levou os primeiros *liurais* de Timor, certamente aconselhados pelos frades, a declararem-se vassalos de el-rei de Portugal, colocando-se sob a sua proteção. Conservam-se nos arquivos alguns dos pactos assim assinados entre régulos de Timor e autoridades portuguesas; e outros mais se acharão quiçá em Timor na *uma lúlic* de um ou outro suco, guardados como relíquia preciosa. É por isso que há pouco dizíamos que havia em Timor uma clara consciência da natureza contratual e sinalagmática da sua relação com os portugueses.

Assim, ao contrário do que sucedera na Índia, onde a expansão imperial precedera a explosão missionária e a diáspora de aventureiros, em Timor os primeiros a aparecer foram os mercadores privados, seguidos dos missionários, que lhes seguiram a esteira, e dos capitães de fortuna, sendo a Coroa a última a entrar em cena, e ainda assim a reboque dos derradeiros. Assim, sem que alguém o pudesse alguma vez prever, foi o rato quem pariu o monte, ou seja, a imperceptível diáspora de aventureiros quem acabou por conduzir a uma presença política estável e duradoura.

Como geralmente sucede, estes começos peculiares marcaram decididamente a sociedade timorense. A igreja sempre se mostrou ufana da sua prioridade sobre o estado e o clero cioso do seu ascendente sobre as populações, que a chegada tardia das autoridades civis ameaçava perturbar. Os constantes conflitos entre bispos e governadores, tanto na época do protetorado como no período colonial, resultaram muito mais daí do que de um anticlericalismo ideológico,

que geralmente esteve ausente de Timor. O clímax foi a guerra de Manatuto, em finais do século XVIII, quando a tensão latente entre o governador da província e o governador do bispado degenerou em guerra civil, alimentada pelas tropas que os vários reinos forneceram a um ou outro dos partidos – o que, como se poderia esperar, nessa época em que o estado começava a dispor de um poder efetivo, terminou com a destituição e prisão de ambos os contendores por ordem do vice-rei da Índia. Sem entrar na discussão estéril de querer determinar a quem, em cada caso, assistiria a razão, há que constatar as prioridades cronológicas, pois são prenes de consequências. Para os religiosos, à consciência da anterioridade de estabelecimento juntava-se a memória do passo decisivo para a consolidação da suserania portuguesa através da nomeação de um governador permanente. A iniciativa não partira desta vez nem da Coroa, nem dos frades, nem muito menos dos capitães topazes, mas dos mercadores de Macau, o principal mercado comprador do sândalo, muito apreciado na China. Os capitães-mores topazes, logicamente, vendiam-no a quem melhor lho pagava, que eram bastas vezes os holandeses ou seus intermediários. Foi o Leal Senado de Macau, órgão principal dessa república de mercadores oficializada já de longa data, quem requereu à corte o envio de um governador para Timor. A corte acedeu; mas os dois primeiros nomeados não conseguiram sequer desembarcar nem tomar posse, por lho tolherem os capitães topazes, pouco interessados na concorrência. Como é geralmente sabido o primeiro governador português de Timor foi António Coelho Guerreiro, ali chegado em 1702. A pequena guarda de corpo, de algumas dezenas de homens, que o acompanhava não podia competir com as hostes, bem mais numerosas, dos topazes, ainda que porventura mal armadas. Ora quem agenciou as negociações com o capitão-mor que lhe permitiram finalmente pôr pé em terra e instalar-se, foi o bispo de Malaca, D. Frei Manuel de Santo António, presente ao tempo em Lifau. Mais tarde vieram a desentender-se; mas entretanto já o governador desenhara o esquema que lhe permitia dispor de um poder militar efetivo, com que podia competir com os topazes: a distribuição de patentes do exército português aos *liurais*, que em caso de necessidade lhe forneceriam os seus arraiais de guerra, comandados por três capitães-mores escolhidos de entre eles. Até 1818, quando a ocupação de Atapupo pelos

holandeses levou Goa a destacar para Timor um batalhão, foi essa a única tropa de que os governadores dispuseram.

Dizia Marc Bloch que as origens das coisas e das instituições são o tótem da tribo dos historiadores. A verdade desta afirmação não reside numa tendência coletiva dos historiadores para um culto irracional do mais vistoso, numa espécie de concurso arqueológico de antiguidade, mas na constatação de que na história dos povos e das civilizações há saltos qualitativos e momentos fundadores que se transcendem a si próprios, pois ao perpetuarem-se nas suas consequências perdem a momentaneidade, para se tornarem, em certa medida, intemporais.

Creio que tudo o que afirmámos acima basta para explicar por que motivo se deve olhar a cristianização, mais que a chegada do primeiro governador ou outro facto político semelhante, como o momento fundador do Timor que ora existe. Daí a importância da sua história religiosa, que neste caso se confunde em boa parte com a da igreja católica no seu território.

Dessa prioridade cronológica, senão mesmo ontológica, da Igreja sobre o Estado, sempre houve em Timor uma clara consciência. Nada, talvez a expressa melhor que o célebre dito, atribuído a um *liurai* a quem um governador português se permitiu falar mais de rijo, não importa averiguar onde nem quando:

Lembre-se Vossa Senhoria de que esta terra não foi conquistada pelo ferro ou pelo fogo, mas pela água e pelo sal!

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Groeneveldt, W. P., *Notes on the Malay Archipelago and Malacca, compiled from chinese sources*, s/l, 1939.
- Hall, D. G. E., *A History of South-East Asia*, Macmillan, Nova Iorque, 1970.
- Andaya, Leonard Y., *The Heritage of Arung Palakka – A history of South Sulawesi (Celebes) in the seventeenth century*, KITLV, Leiden, 1981.
- Barbosa, Duarte: *vide* Sousa, Maria Augusta da Veiga e.
- Bellwood, Peter, *Prehistory of the Indo-Malaysian Archipelago*, Academic Press, Australia, 1985.
- Belo, Dom Carlos Filipe Ximenes, *História da Igreja em Timor-Leste: 450 anos de evangelização (1562-1940)*, 1.º Volume, 1562-1940, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 2013.

- Buck, P. H., *Les Migrations des Polynésiens*, Payot, Paris, 1952.
- Carey, Iskandar, *Orang Asli – the Aboriginal Tribes of peninsular Malaysia*, Oxford University Press, Kuala Lumpur, 1976.
- Castro, Affonso de, *As possessões portuguesas na Oceania*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867.
- Castro, Gonçalo Pimenta de, *Timor (Subsídios para a sua história)*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1944.
- Castro, Xavier de, Jocelyne Hamon & Luís Filipe Thomaz (ed.), *Le Voyage de Magellan (1519-1522). La relation d'Antonio Pigafetta et autres témoignages*, 2 vols., Chandeigne, Paris, 2007.
- Chao Ju-Kua: *vide* Hirth, Fr.
- Coedès, G., *Les États Hindouisés d'Indochine et d'Indonésie*, E. de Boccard, Paris, 1964.
- Corrêa, A. A. Mendes, *Timor Português – Contribuições para o seu estudo antropológico*, Ministério das Colónias – Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Lisboa, 1945.
- Cortesão, Armando (ed.), *The Suma Oriental of Tomé Pires, an account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India in 1512-1515, and The Book of Francisco Rodrigues, rutter of a voyage in the Red Sea, Nautical Rules, Almanack and Maps, written and drawn in the East before 1515*, translated from the Portuguese MS in the Bibliothèquede la Chambre des Députés, Paris, and edited by Hakluyt Society, reimp. Nendeln, Liechtenstein, 1967.
- Cribb, Robert, *Historical Atlas of Indonesia*, Curzon Press / New Asian Library, Londres & Singapura, 2000.
- Duarte, Jorge Barros, “Barlaque: casamento gentílico timorense”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIV, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1979.
- Fei Hsin: *vide* Mills, J. V. G. & Ptak, R.
- Gamble, Clive, *Timewalkers: the prehistory of global colonization*, Sutton Publishing, Gloucestershire, 2003.
- Hall, Kenneth, R. & John K. Whitmore (ed.), *Explorations in the early Southeast Asian History: the origins of Southeast Asian Statecraft*, Center for South and Southeast Asian Studies, The University of Michigan, Michigan, 1976.
- Hirth, F. R., & W. W. Rockhill (ed. e trad.), *Chau Ju-Kua on the Chinese and Arab Trade*, Oriental Press, Amsterdão, 1966.
- Lagôa, visconde de, *Fernão de Magalhães*, 2 vols., Seara Nova, Lisboa, 1938.
- Leitão, Humberto, *Os portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1948.
- Leitão, Humberto, *Vinte e oito anos da História de Timor (1698 a 1725)*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1952.
- Lombard, Denys, “Networks and Synchronisms in Southeast Asian History”, *Journal of Southeast Asian Studies* 26, 1, pp. 10-16, Singapura, 1995.

- Lombard, Denys, *Le Carrefour Javanais*, 3 vols., Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1990.
- Matos, Artur Teodoro de, *Timor Português, 1515-1769. Contribuição para a sua história*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, Lisboa, 1974.
- Meillet, A., & Marcel Cohen (dir.), *Les Langues du Monde*, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1952.
- Mills, J. V. G. (ed.), *Ma Huan, Ying-yai Sheng-lan – The Overall Survey of the Ocean's Shores (1433)*, Cambridge University Press for the Hakluyt Society, Cambridge, 1970.
- Mills, J. V. G., & Roderich Ptak (trad. e ed.), *Hsing-Ch'a Sheng-Lan – The overall survey of the Star Raft by Fei Hsin*, Harrassowitz Verlag, Wiesbaden, 1996.
- Mulvaney, John, & Johan Kamminga, *Prehistory of Australia*, Smithsonian Institution Press, Washington & Londres, 1999.
- Nordholt, H. G. Schulte, *The political system of the Atoni of Timor*, KITLV/ Martinus Nijhoff, Haia, 1971.
- Oppenheimer Stephen, *Out of Eden: the peopling of the world*, Robinson, Londres, 2004.
- Pelras, Christian, *The Bugis*, Blackwell Publishers, Cambridge 1996.
- Phalgunadi I. Gusti Putu (ed. & trad.), *The Pararaton: a study of a Southeast Asian chronicle*, Sundeep Prakashan, Nova Delhi, 1996.
- Pigafetta: *vide* Ramusio, vol. II. Versão portuguesa: *vide* Lagoa, visconde de. Versão francesa, anotada: *vide* Castro, Xavier de
- Pigeaud, Theodore G. Th., *Java in the 14th Century – A study in Cultural History. The Nâgara-Kertâgama by Rakawi – Prapañca of Majapahit, 1365 A.D.*, 5 vols., Martinus Nijhoff, Haia, 1960-63.
- Pires, Tomé: *vide* Cortesão, Armando.
- Ptak, Roderich, "Some references to Timor in old chinese records", *Ming Studies*, nº 17, 1983.
- Ramusio, Giovanni Battista, *Navigazioni e Viagi*, a cura di Marica Milanese, 6 vols., Giulio Einaudi editore, Turim, 1978-85.
- Reid, Anthony (ed.), *Southeast Asia in the Early Modern Era*, Cornell University Press, Ithaca & Londres, 1993.
- Reid, Anthony, "An 'Age of Commerce' in Southeast Asian History", *Modern Asian Studies* 24, I, (1990), pp. 1-30, Cambridge University Press.
- Reid, Anthony, *Southeast Asia in the Age of Commerce 1450-1680*, 2 vols, Yale University Press, New Haven & Londres, 1988.
- Rodrigues, Francisco: *vide* Cortesão, Armando.
- Sá, Artur Basílio de (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Insulíndia*, 6 vols., Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954-1988.

- Santos, Fr. João dos, Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente, Introdução de Manuel Lobato, Notas de Manuel Lobato e Eduardo Medeiros, Fixação do texto por Maria do Carmo Guerreiro Vieira, Coordenação de Célia Nunes de Carvalho e Maria Amélia Rodrigues Coelho, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999.
- Serrão, Joel, & A. H. de Oliveira Marques, *Nova História da Expansão Portuguesa*, vols II, III/tomo I, III / tomo II, V/tomo I, V, tomo II, VI, VII, VIII, X, XI, Editorial Estampa, Lisboa, 1998 -2006.
- Simanjuntak, Truman, Ingrid H. E. Pojoh & Mohammad Hisyam (ed.), *Austronesian Diaspora and the ethnogeneses of people in Indonesian Archipelago – Proceedings of the International Symposium*, Indonesian Institute of Sciences / International Center for Prehistoric and Austronesian Studies / Indonesian National Committee for UNESCO/LIPI Press, Jacarta, 2006.
- Sousa, Frei Luís de, *História de S. Domingos*, [1678; Reimpressão:] introdução e revisão por M. Lopes de Almeida, 2 vols, Lello & Irmão – Editores, Porto, 1977.
- Sousa, Maria Augusta da Veiga e, *O Livro de Duarte Barbosa (Edição Crítica e Anotada)*, 2 vols., Ministério da Ciência e da Tecnologia / Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1996-2000.
- Stöhr, Waldemar, & P. Zoetmulder, *Les religions d'Indonésie*, Payot, Paris, 1968.
- Subrahmanyam, Sanjay, *The Portuguese empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history*, Longman, Londres & Nova Iorque, 1993.
- Tarling, Nicholas (ed.), *The Cambridge History of Southeast Asia*, 2 vols., Cambridge University Press, Cambridge, 1992.
- Thomaz, Luís Filipe F. R., *Babel Loro Sa'e. O problema linguístico de Timor-Leste*, Instituto Camões, Lisboa, 2002.
- Thomaz, Luís Filipe F. R., “O malgrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda e a islamização da Java”, in *Aquém e Além da Taprobana*, pp. 379-607; versão abreviada: “Os projectos portugueses para Sunda e a islamização de Java (1511-1527)”, in Alves, Jorge Santos (ed.), *Portugal e Indonésia, História do Relacionamento Político e Diplomático (1509-1974)*, vol. II, Lisboa, 2013, pp. 25-70.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. (ed.), *Aquém e Além da Taprobana* – Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin & Denys Lombard, Centro de História de Além-Mar, FCSH / UNL, Lisboa, 2002.
- Thomaz, Luís Filipe F. R., “As cartas malaias de Abu Hayat, sultão de Ternate, a El-Rei de Portugal e os primórdios da presença portuguesa em Maluco”, in *Anais de História de Além-Mar*, n.º 4, 2003, pp. 381-446.
- Thomaz, Luís Filipe F. R., “Les Portugais dans les Mers de l'Archipel au XVIe siècle” in *Archipel*, Études interdisciplinaires sur le Monde Insulindien, n° 18, Paris, 1979 (pp. 105-125). [Trad. inglesa “The Portuguese in the Seas of the Archipelago

- during the XVI century” in *Trade and Shipping in the Southern Seas*, SPAFA, Cisarua, Java Ocidental, Indonésia, 1985; reproduzida in Om Prakash, ed., *European Commercial Expansion in Early Modern Asia*, Ashgate Publishing, Aldershot, Hampshire, Inglaterra, 1997]. Versão portuguesa in *De Ceuta a Timor*, pp. 567-591.
- Thomaz, Luís Filipe F. R., “Timor: da proto-história à consolidação do protectorado português”/“Timor: from proto-history until the consolidations of the Portuguese protectorate” in *Oriente*, n.º 1, Fundação Oriente, Lisboa, 2001, pp. 39-52.
- Thomaz, Luís Filipe F. R., “Timor: o protectorado português” in *História dos Portugueses no Extremo Oriente* dirigida por A. H. de Oliveira Marques, vol. II, Fundação Oriente, Lisboa, 2001, pp. 493-526.
- Thomaz, Luís Filipe F. R., *De Ceuta a Timor*, Ed. Difel, Carnaxide, 1994; 2.ª ed., 1998.
- Tibbetts, G. R., *A study of the Arabic Texts containing material on South-East Asia*, E. J. Brill, Leiden & Londres, 1979.
- Tryon, Darrell T. (ed.), *Comparative Austronesian Dictionary: an introduction to Austronesian studies*, 4 vols., Moton de Gruyter, Berlin & Nova Iorque, 1995.
- Turner, R. L., *A Comparative Dictionary of the Indo-Aryan Languages*, 4 vols., Motilal Banarsidass Publishers, Delhi, 1999.
- Velde, Pieter van de, (ed.), *Prehistoric Indonesia – A reader*, Foris Publications, Dordrecht, 1984.
- Wagner, Frits A., *Indonésie – L’Art d’un Archipel*, L’Art dans le Monde, Éditions Albin Michel, Paris, 1961.
- Wallace, Alfred Russel, *The Malay Archipelago*, Graham Brash Ltd., Singapura, 1983.